

1 **ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CERH/PR**
3
4

5 1-Posse de novos Conselheiros; 2-Aprovação das atas da 23ª Reunião Ordinária e 8ª
6 Reunião Extraordinária; 3-Apresentação do Plano Diretor do Sistema de Abastecimento
7 de Água Integrado de Curitiba e Região Metropolitana - SAIC pela SANEPAR; 4-
8 Apresentação da Lei Complementar nº 170, de 31 de março de 2014, que altera a Lei
9 Complementar nº 59/91 (Lei do ICMS Ecológico); 5-Discussão e deliberação sobre
10 minuta de Decreto que altera o Decreto nº 2.791, de 27 de dezembro de 1996, referente
11 a critérios técnicos de alocação de recursos do ICMS Ecológico referente a mananciais
12 destinados a abastecimento público; 6-Discussão e deliberação sobre minuta de
13 Resolução que aprova plano de aplicação dos recursos financeiros mencionados no art.
14 3º da Resolução nº 89 CERH/PR, de 19 de maio de 2014; 7-Informes sobre o estágio
15 de implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos; 8-Discussão e deliberação
16 de minuta de Resolução que altera a redação do art. 2º da Resolução nº 61 CERH/PR;
17 9-Assuntos Gerais; e 10-Encerramento.
18

19 **Aos 08 dias de outubro de 2014, às 14:30 horas**, na Sala das Araucárias da Sede do
20 LACTEC, realizou-se a 24ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos
21 Hídricos – CERH/PR, contando com a presença do Presidente do CERH/PR, ANTONIO
22 CAETANO DE PAULA JUNIOR, da Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA
23 SOPHIE ROORDA, dos Conselheiros Titulares, ANTONIO CARLOS DE ANDRADE, da
24 Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, MARIO LESSA SOBRINHO, da Secretaria
25 de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM, ARTHUR FELIPE
26 DE LEÃO BUCCHI, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU,
27 ANTONIO RICARDO LORENZON, da Secretaria de Estado da Agricultura e do
28 Abastecimento - SEAB, MARCO AURÉLIO BUSCH ZILIOOTTO da Secretaria de Estado
29 de Infraestrutura e Logística - SEIL, EVANDRO PINHEIRO, da Secretaria de Estado do
30 Turismo - SETU, JOCELY MARIA THOMAZONI LOYOLA, da Companhia de Habitação
31 do Paraná - COHAPAR, UDO BUBLITZ, da EMATER, RASCA RODRIGUES, da
32 Assembléia Legislativa do Paraná - ALEP, GUADALUPE GARCIA, da Pontifícia
33 Universidade Católica - PUCPR, JEFFERSON CRISPIM, da Universidade Estadual do
34 Paraná - UNESPAR, PEDRO LUIS PRADO FRANCO, da Associação Brasileira de
35 Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, GIÁCOMO CLAUSI, do Grupo Ambientalista
36 do rio Iguaçu - GARI, PAULO CÉSAR MEDEIROS, do Centro de Estudos, Defesa e
37 Educação Ambiental - CEDEA, PAULO ROBERTO DA VEIGA FRANCO, da
38 Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, LUIZ CARLOS SETIM, da
39 Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JR, da
40 Companhia Paranaense de Energia - COPEL, SILVIO ALEXSANDRO KRINSKI, da
41 Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, ARNALDO GIOVANI
42 RECH, do Comitê das Bacias do Baixo Ivaí e Paraná 1, INGRID ILLICH MÜLLER, do
43 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, e dos Conselheiros
44 Suplentes, JOSÉ CARLOS ESPINOZA ALIAGA, da Secretaria de Estado do
45 Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, CELSO LUIZ RUBIO, da Secretaria de
46 Estado da Saúde - SESA, AROLDO MESSIAS DE MELO JUNIOR, da Secretaria de
47 Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, ROSANA SCARAMELLA, da
48 Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística - SEIL, FERNANDO MORAIS E
49 SILVA, da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SETU, SOLANGE REIGUEL
50 VIEIRA, da Secretaria de Estado da Educação – SEED, ENEAS SOUZA MACHADO,

51 do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, IVONETE COELHO DA SILVA
52 CHAVES, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, SANDRO SETIM, da Coordenação da
53 Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, JOSÉ ANTONIO ZEM, da Minerais do
54 Paraná S.A. - MINEROPAR, MAURICIO CAMARGO FILHO, da UNICENTRO,
55 NICOLAS LOPARDO, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH, SERGIO
56 ROBERTO BOVO FILHO, da CAB Águas de Paranaguá, GALDINO ANDRADE FILHO,
57 do Comitê da Bacia do rio Tibagi e dos convidados, OLGA POLATTI, JOÃO LECH
58 SAMEK e CARLA MITTELSTAEDT, do Instituto das Águas do Paraná -
59 AGUASPARANÁ, MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA, SANDRO SILVEIRA, MÁRCIA
60 CRISTINA LIMA POLIDORO e GIL FERNANDO POLIDORO, da SEMA, MÔNICA
61 IRION ALMEIDA, da COPEL, MILTON CAMPOS, da COMEC, JULIANA PILOTTO,
62 MARIELE PARRA e MARISA CAPRIGLIONE, da SANEPAR, ANA D'ALVA LOPES, da
63 SEED. O Presidente do CERH/PR, ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR, após
64 verificação do quorum, contando com a presença de 28 Conselheiros titulares ou
65 suplentes representando os titulares, deu início à reunião, passando à leitura da pauta,
66 que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou ao **item 1 de pauta**, dando
67 posse ao Conselheiro Cesar Monteiro Pirajá Junior, da COPEL, em substituição a
68 Jaime de Oliveira Kuhn e ao Conselheiro Marco Aurélio Ziliotto, da SEIL, em
69 substituição a Eduardo Felga Gobbi. A seguir, comentou que, conforme demanda da
70 última reunião do Conselho, foi criado um Grupo de Trabalho para tratar da revisão do
71 Decreto do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e elaboração de Manual de Aplicação
72 dos recursos do Fundo. Também, quanto à demanda de criação de um Grupo de
73 Trabalho para discussão da revisão da lei que estabelece o uso e ocupação do solo em
74 áreas de mananciais de abastecimento público, comentou que em dezembro seria
75 realizado um evento internacional para discussão do tema "Águas Urbanas" que
76 subsidiaria a revisão da referida lei. A seguir, passou ao **item 2 de pauta - aprovação**
77 **das atas da 23ª Reunião Ordinária e 8ª Reunião Extraordinária**, sendo que ambas
78 foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, passou ao **item 3 de pauta -**
79 **apresentação do Plano Diretor do Sistema de Abastecimento de Água Integrado**
80 **de Curitiba e Região Metropolitana - SAIC**, e convidou a SANEPAR para fazer a
81 apresentação, e disse que esta matéria seria importante para a discussão do próximo
82 item de pauta que trata da Lei Complementar nº 170, referente a alterações na Lei do
83 ICMS Ecológico, Inicialmente a Sra. MARISA CAPRIGLIONI, Gerente da Unidade de
84 Serviços e Projetos Especiais da SANEPAR, fez o relato das obras previstas a nível
85 estadual (**vide anexo 1**). Na sequência, a Sra. Juliana Pilotto, da SANEPAR, fez a
86 apresentação do Plano Diretor do SAIC, seus objetivos, tendências de crescimento da
87 Região Metropolitana de Curitiba, projeção de demandas, os mananciais estudados e
88 prioridades de implantação dos mananciais futuros, e mencionou que o resumo
89 executivo do Plano Diretor está disponível no link
90 site.sanepar.com.br/arquivos/saicplanodiretor.pdf. Questionadas pelos Conselheiros
91 LUIZ CARLOS SETIM, da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, ANTONIO
92 RICARDO LORENZON, da SEAB, MARCO AURÉLIO ZILLOTTO, da SEIL, PAULO
93 CESAR MEDEIROS, do CEDEA, RASCA RODRIGUES, da ALEP, sobre as perdas no
94 Sistema, bem como sobre programas de racionalização do uso da água e Programas
95 de recuperação de mananciais, mencionaram que a SANEPAR tem um Programa de
96 ação contínua de redução de perdas, e tem também programas de educação ambiental
97 junto às escolas, comunidades e associações de bairros. Disseram, também, que o
98 Plano Diretor de Esgoto de Curitiba está em fase final de elaboração. O Presidente do
99 CERH/PR, ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR, disse ainda, que o tema
100 recuperação de mananciais deve ser abordado no âmbito dos Comitês de Bacia. O

101 Conselheiro RENATO LIMA, da Prefeitura de Curitiba, disse que os Planos de
102 abastecimento de água e os Planos de esgoto doméstico devem ser vistos e planejados
103 de forma conjunta, e também comentou que existe necessidade de se ter eficácia das
104 nossas redes de esgoto, garantindo que os esgotos de fato sejam conduzidos às
105 estações de tratamento. O Conselheiro GALDINO ANDRADE, do Comitê da Bacia do
106 Rio Tibagi, perguntou de que forma a SANEPAR estava tratando do Plano Diretor SAIC
107 junto ao Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira - COALIAR, ao
108 que foi respondido que esta mesma apresentação trazida ao Conselho seria
109 apresentada na próxima reunião do COALIAR. O Conselheiro SANDRO SETIM, da
110 COMEC, comentou que a maioria dos municípios estaria revendo seus Planos Diretores
111 Municipais, e recomendou que a SANEPAR considere as expansões urbanas previstas.
112 O Conselheiro JOSÉ CARLOS ALIAGA, da SEPL, falou da sua preocupação em
113 relação à capacidade de estocagem de água, e também da necessidade de educar a
114 população para evitar o mau uso da água. Perguntou, ainda, se existe um estudo
115 adequado da recorrência das precipitações em relação à demanda existente. O
116 Conselheiro SERGIO BOVO, da CAB Águas de Paranaguá, perguntou se o Comitê de
117 Bacia leva em consideração o bom uso e mau uso da água quando da cobrança pelo
118 uso da água e se isso reflete em uma bonificação se a SANEPAR apresentar resultados
119 melhores em termos de perdas, ou penalidades, se apresentar resultados piores que os
120 estabelecidos pelos Comitês. O Conselheiro ENEAS SOUZA MACHADO, do
121 AGUASPARANÁ, disse que existe uma bonificação no caso do efluente de uma
122 indústria ou da SANEPAR ser de melhor qualidade que o estabelecido na outorga de
123 lançamento. E que também existe bônus em caso de reuso de efluentes ou uso de
124 água da chuva. O Presidente do CERH/PR, ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR,
125 comentou que em dezembro seria realizada uma reunião conjunta Conselho Estadual
126 de Recursos Hídricos e Conselho Estadual do Meio Ambiente. Disse, também, que a
127 apresentação do SAIC pela SANEPAR tinha por objetivo subsidiar uma discussão sobre
128 a Lei Complementar nº 170/2014, **item 4 de pauta**, que altera a Lei Complementar nº
129 59, especificamente quanto à repartição de recursos do ICMS Ecológico referente a
130 mananciais de abastecimento público, passando também a contemplar municípios que
131 abrigam em seu território parte ou o todo de áreas de interesse de mananciais de
132 abastecimento público reconhecidos por Decreto Estadual. Pediu para que a Secretária
133 Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fazer a apresentação. A mesma comentou o
134 Decreto nº 6.194/2012, que declara áreas de interesse de mananciais de abastecimento
135 público para a Região Metropolitana de Curitiba, totalizando uma área de mais de dez
136 mil quilômetros quadrados, o que comprometeria algo em torno de 40% do total do
137 ICMS Ecológico referente a mananciais. No entanto, se fossem para ser contempladas
138 apenas as áreas que foram apresentadas pela SANEPAR que constam do SAIC, para
139 um horizonte de 40 anos, estas áreas estariam totalizando 750 km², comprometendo
140 aproximadamente 3,1% do ICMS Ecológico para mananciais para as regras que
141 estavam sendo propostas, que seriam recursos da ordem de 3,1 milhões de reais/ano.
142 Comentou que o próprio Plano Diretor revisado comenta em seu capítulo 7 que no
143 Plano Diretor SAIC 75 e nas revisões subsequentes, foi estimado um crescimento de
144 demanda que não se confirmou, ficando muito aquém das previsões e os mananciais
145 estudados incluídos para atender a demanda do SAIC, previam sistemas produtores
146 com capacidades que hoje não se justificam para as condições atuais e futuras e que,
147 foram considerados, nesta revisão, os mananciais compatíveis com a realidade e
148 economicamente atraentes. Explicou que a proposta é de que a regulamentação desta
149 Lei Complementar seja aprovada no Conselho, e que o Comitê de Bacia do Alto Iguaçu
150 e Afluentes do Alto Ribeira, na sequência, viesse a referendar estas áreas

151 apresentadas pela SANEPAR no SAIC. O Presidente do CERH/PR, ANTONIO
152 CAETANO DE PAULA JÚNIOR, disse que a intenção era de penalizar o mínimo
153 possível os municípios hoje contemplados pelo critério mananciais. A seguir, passando
154 ao **item 5 de pauta - discussão e deliberação sobre minuta de Decreto que altera o**
155 **Decreto nº 2.791, de 27 de dezembro de 1996, referente a critérios técnicos de**
156 **alocação de recursos do ICMS Ecológico referente a mananciais destinados a**
157 **abastecimento público**, a Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA,
158 comentou que havia encaminhado aos Conselheiros a referida minuta de Decreto, em
159 função desta nova Lei Complementar, e fez a leitura das alterações propostas.
160 Questionada sobre a utilização dos recursos do ICMS Ecológico, respondeu que se
161 trata de uma medida compensatória aos municípios por terem restrição de uso nestas
162 áreas, mas que existe na avaliação do repasse destes recursos, uma avaliação da
163 melhoria ou não da qualidade da água dos mananciais contemplados. Colocado em
164 votação, a minuta de Decreto foi aprovada pela Plenária, e a reunião foi suspensa e
165 retomada no dia 17 de novembro. Em virtude de uma solicitação de inversão de pauta,
166 a reunião começou abordando o **item 7 de pauta - informes sobre o estágio de**
167 **implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos**, que foi relatado pelo
168 Conselheiro ENEAS SOUZA MACHADO, do AGUASPARANÁ. O mesmo abordou o
169 estágio de implementação de todos os Programas estabelecidos no Plano, conforme
170 consta do **anexo 2** desta ata. O Conselheiro JOSÉ CARLOS ALIAGA, da SEPL, sugeriu
171 incluir os Programas prioritários no PPA de 2016 a 2019 e trabalhar de forma
172 interinstitucional na sua implementação. O Conselheiro ANTONIO RICARDO
173 LORENZON, da SEAB, comentou que as ações estratégicas de base do Plano
174 deveriam ser as prioritárias. Também comentou a pouca estrutura de recursos humanos
175 do AGUASPARANÁ, que ficou ainda mais agravada quando da incorporação das
176 funções de Agência Reguladora do Saneamento, bem como a gestão dos resíduos
177 sólidos, e sugeriu uma moção do Conselho solicitando a contratação de pessoal para o
178 Instituto. O Presidente do CERH/PR, ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR,
179 comentou que quando assumiu a SEMA, a sua prioridade foi o de contratação e
180 recomposição do quadro do Sistema SEMA, e que o processo de contratação já foi
181 autorizado pelo Governador, sendo que para o AGUASPARANÁ estão previstas 116
182 vagas. O Conselheiro SANDRO SETIM, da COMEC, sugeriu uma ação permanente
183 junto aos meios de comunicação quanto à conscientização da população sobre o uso
184 racional dos recursos hídricos. A seguir, o Presidente do CERH/PR, ANTONIO
185 CAETANO DE PAULA JUNIOR, passou ao **item 6 de pauta - discussão e**
186 **deliberação sobre minuta de Resolução que aprova plano de aplicação dos**
187 **recursos financeiros mencionados no art. 3º da Resolução nº 89 CERH/PR, de 19**
188 **de maio de 2014**, e solicitou que a Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE
189 ROORDA, abordasse o assunto. A mesma comentou que se tratava de aprovação pela
190 Plenária de aplicação de recursos remanescentes do biênio 2013 - 2014, e fez a leitura
191 da minuta de Resolução que trata do assunto (**vide anexo 3**), que estaria
192 disponibilizando recursos para a elaboração de dois Planos de Bacia Hidrográfica, para
193 o diagnóstico de bacias de mananciais de abastecimento público visando a
194 implementação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais e no processo de
195 elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica, bem como na capacitação e
196 realização de eventos relativos ao Programa de Segurança Hídrica, no valor total de R\$
197 4.554.000,00. O Presidente do CERH/PR, ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR,
198 comentou que os recursos estavam sendo priorizados para a elaboração de Planos de
199 Bacia. Também, quanto ao Pagamento por Serviços Ambientais, disse que o valor
200 proposto seria para o diagnóstico das Bacias do Piraquara, do Miringuava e do Iapó,

201 onde seriam implementados esse Programa. Quanto ao Programa de Segurança
202 Hídrica comentou que estava sendo planejado para dezembro em evento sobre o tema
203 no Estado do Paraná, e que os recursos propostos para esse Programa seriam para a
204 elaboração do diagnóstico das intervenções necessárias para o referido Plano. O
205 Conselheiro NICOLAS LOPARDO, da ABRH, questionou como funcionaria o Programa
206 de Pagamentos por Serviços Ambientais, e também, se o Programa de Segurança
207 Hídrica abrangeria, além da questão de cheias, também segurança para estiagem,
208 segurança de quantidade e qualidade. O Presidente do CERH/PR, ANTONIO
209 CAETANO DE PAULA JUNIOR, disse que o tema Segurança Hídrica abrange todos os
210 aspectos levantados pelo Conselheiro e que o tema está sendo uma preocupação
211 mundial, e que a ONU decidiu lançar alguns desafios para a Diretoria de Água da FAO,
212 para o mundo inteiro refletir sobre segurança hídrica, e que o Banco Mundial abriu
213 linhas de financiamento a fundo perdido para que as Nações abordem esse tema. Disse
214 que o Plano Nacional de Segurança Hídrica está sendo elaborado, e que o Paraná deve
215 se adiantar na elaboração do Plano Estadual no sentido de todos os seus usos:
216 abastecimento humano, industrial, agrícola, geração de energia elétrica, etc. e que seja
217 uma ferramenta que garanta a sobrevivência humana. Quanto ao Programa de
218 Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, disse que foram realizadas três oficinas,
219 contando com a participação da SEMA, AGUASPARANÁ, IAP, SANEPAR, SEAB,
220 EMATER e SEPL, e que estava sendo desenvolvida uma metodologia, com o objetivo
221 de estimular a biodiversidade, a recomposição de Área de Preservação Permanente -
222 APP, reserva legal, e em especial, um adicional de biodiversidade e de boas práticas
223 agrícolas. O Conselheiro NICOLAS LOPARDO, da ABRH, sugeriu que fosse realizado o
224 monitoramento do Programa PSA, bem como do ICMS Ecológico, sendo que foi
225 esclarecido que esta ação já está prevista no âmbito dos referidos Programas. O Sr.
226 GIL POLIDORO, Coordenador de Recursos Hídricos da SEMA, disse que houve uma
227 construção de um Termo de Referência para fazer um diagnóstico socioambiental das
228 três bacias inicialmente selecionadas (Miringuava, Piraquara e Iapó) para a
229 implementação do PSA, e que a Agência Nacional de Águas - ANA está
230 disponibilizando recursos da ordem de R\$ 1.400.000,00 para a realização destes
231 diagnósticos. Os Conselheiros ANTONIO RICARDO LORENZON, da SEAB, e JOSÉ
232 CARLOS ALIAGA, da SEPL, comentaram da importância de se resgatar e fortalecer a
233 Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos -
234 CTPLAN, para uma articulação setorial de todas as políticas relativas a recursos
235 hídricos. Neste sentido, o Conselheiro CELSO LUIZ RUBIO, da SESA, também
236 comentou que na área de saúde, preconizada pela OMS, existe o Plano de Segurança
237 da Água, e que se elencou a Bacia do Passaúna como um projeto piloto. Na sequência,
238 o Presidente do CERH/PR, ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR, colocou em
239 votação a minuta de Resolução, que foi aprovado por unanimidade. A seguir, passou ao
240 **item 8 de pauta - discussão e deliberação de minuta de Resolução que altera a**
241 **redação do art. 2º da Resolução nº 61 CERH/PR**, e solicitou que a Secretária
242 Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, fizesse as considerações necessárias. A
243 mesma esclareceu que em 2009, quando da aprovação do Plano Estadual de Recursos
244 Hídricos, foi aprovado que o Plano seria revisado a cada quatro anos, da mesma forma
245 como foi estabelecido para o Plano Nacional de Recursos Hídricos. No entanto,
246 também já está sendo revisto esse prazo a nível nacional, e ademais, vários programas
247 previstos no Plano Estadual ainda estão em fase de implementação ou a serem
248 implementados, conforme relatado pelo Conselheiro ENEAS SOUZA MACHADO, no
249 item 7 de pauta. Disse, ainda, que a prioridade do Instituto das Águas, neste momento,
250 é o de elaborar os Planos de Bacia Hidrográfica. A seguir, fez a leitura da minuta de

251 Resolução, que estabeleceu que a revisão do Plano Estadual se daria em articulação
252 com a CTPLAN, quando da conveniência de sua atualização, identificada pelo
253 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (**vide anexo 4**). Questionada como se
254 institucionaliza o PPA 2016-2019 quanto a Programas previstos no PLERH/PR, quando
255 existem várias instituições envolvidas nas suas implementações, a mesma disse ser
256 essa uma das atribuições da CTPLAN. O Conselheiro ANTONIO CARLOS DE
257 ANDRADE, da SEFA, disse que a forma de *linkar* a temática de recursos hídricos nas
258 diversas áreas que têm identidade com esta matéria, é criando dotações orçamentárias
259 específicas nas Secretarias que têm uma participação maior em determinado
260 Programa. A seguir, a minuta de Resolução foi colocada em votação, sendo que a
261 mesma foi aprovada por unanimidade. A seguir, no **item 9 de pauta - Assuntos**
262 **Gerais**, a Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, anunciou que em
263 novembro seria realizado o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas em
264 Maceió. Na sequência, apresentou as competências da CTPLAN, que além de
265 acompanhar a elaboração do PLERH/PR, cabe também o estabelecimento de diretrizes
266 específicas visando a integração do Plano Estadual de Recursos Hídricos com planos
267 setoriais, regionais, estaduais e nacionais, assim como com os Planos Diretores
268 Municipais. Apresentou a composição da CTPLAN, e disse que na próxima reunião a
269 mesma deveria passar por uma renovação de seus integrantes. Ainda, como informes,
270 o Presidente do CERH/PR, ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR, disse que em
271 novembro, em Foz do Iguaçu, haveria um evento sobre segurança hídrica referente a
272 geração de energia elétrica, e que houveram eventos de segurança hídrica sobre os
273 temas irrigação e saneamento, e que no final do ano haveria ainda um evento sobre o
274 tema "águas urbanas". Também foi informado que em novembro haveria um evento de
275 capacitação em gestão de recursos hídricos em conjunto com a FIEP. A seguir, em não
276 havendo mais assuntos a serem tratados, deu por encerrada a 24ª Reunião Ordinária
277 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA SOPHIE
278 ROORDA, Secretária Executiva do CERH/PR, lavrei a presente ata, em Curitiba, aos 14
279 dias de novembro de 2014.

280 De acordo.

281 Curitiba, 14 de outubro de 2015

282

283

284

285

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos